SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer

Jornal do Judiciário

CSP Conlutas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR
FENAJUFE

Segunda-feira, 11 de junho de 2012 | JJ455 | 13.000 exemplares | Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP | Gestão: Unidade e Luta 2011/2014 | Tel.: (11) 3222-5833

Por PCS, categoria cruza os braços nos dias 13 e 14 de junho

No dia 14, assembleia estadual na porta do TRE Miquelina, avalia quadro e poderá decidir o início da greve por tempo indeterminado. Participe!

Após a vitoriosa manifestação em Brasília contra a política de reajuste ZERO de Dilma, que levou à Capital federal mais de 15 mil servidores, todos os servidores estão convocados a retomar a mobilização aqui em SP.

Dias 13 e 14 de junho, a categoria realiza 48 horas de paralisação. Os servidores exigem abertura imediata de negociações em torno do PCS, com aprovação imediata do projeto que encontra-se tramitando no Congresso Nacional há quase três anos. É hora de garantir pressão total sobre a cúpula do Judiciário, que precisa prestar contas das conversas que teve com a presidente Dilma!

Valcir Araújo



05/06/2012 - Marcha a Brasília

Dia 13 – Ato unificado do funcionalismo na Av. Paulista

Neste dia acontece um ato unificado com os demais segmentos do funcionalismo. A manifestação será em frente ao Banco Central, na Av. Paulista, a partir das 10h.

Dia 14 – No TRE, assembleia pode decidir greve

A frente do Tribunal Regional Eleitoral, na Rua Francisca Miquelina, 123, será o palco da assembleia estadual que poderá deflagrar o início da greve por tempo indeterminado. A assembleia começa às 13h e todos devem comparecer.

Na assembleia, serão avaliados os passos dados até agora, se houve instalação de negociações e o que mais será preciso fazer para assegurar a aprovação imediata do PCS, como a possível deflagração de greve por prazo indeterminado, que está sendo construída em todo o país.

PCS parado há dois anos na CFT

Nesta semana, temos o esforço de garantir aprovação do PCS na CFT, onde está engavetado desde 16 de junho de 2010, completando o segundo aniversário.

Após saída do Policarpo, pressionar por novo relator

O dep. Roberto Policarpo (PT-DF), que estava na relatoria do PCS, volta à suplência, perdendo seu assento na Câmara. Ele é o primeiro suplente da coligação do PT no DF, e teve que deixar o cargo depois que dois parlamentares petistas, que estavam em cargos de confiança no governo do Distrito Federal, retornaram à Câmara.

Os diretores do Sintrajud e Fenajufe já negociam com o presidente da CFT, Antonio Andrade (PMDB/MG), a nomeação de um novo relator, que respeite a deliberação nacional da categoria, pela aprovação e implementação imediata do PCS, algo que o Policarpo vinha se negando a fazer constar no seu relatório.

Participe das manifestações pelo PCS

A categoria está sendo chamada para se mobilizar. Chegou a hora! Em cada local de trabalho, os servidores devem se reunir e conversar sobre como participar das 48 horas de paralisação.

Os colegas do interior devem organizar sua vinda para São Paulo, priorizando a participação na assembleia estadual no TRE (dia 14). Na página 04 há uma série de orientações para ajudar. A partir de agora, a superação do congelamento salarial vai depender da participação de cada um de nós!

Em Brasília

Orçamento

O diretor-geral do Supremo, Amarildo Vieira, confirmou na sexta-feira (08) a dirigente da Fenajufe que previsão de valores para PCS no orçamento de 2013 seria enviada ainda na sexta ao Ministério do Planejamento (**pág. 02**)

Economia

Observatório

O governo anunciou recentemente um pacote de medidas para tentar estancar a crise que se anuncia, por exemplo, com a queda do PIB, desindustrialização e o aumento do desemprego.
(**pág. 04**)

Online

Site do Sintrajud

Notícias, enquetes, vídeos, fóruns de discussão, galeria de imagens, informação e opinião.
Ao alcance de um clique.

Acesse: **www.sintrajud.org.br**

Reunião com presidente do PMDB



Dirigentes cobram promessa de reunião com vice-presidente (**Pág. 02**)

ORÇAMENTO

STF diz que enviou previsão de PCS ao Planejamento

Medida reflete mobilização da categoria, que tem que aumentar para que Dilma Rousseff não barre de novo a proposta, como fez em 2011

O diretor-geral do Supremo, Amarildo Vieira, confirmou na sexta-feira (08) ao dirigente da Fenajufe Pedro Aparecido, do Luta-Fenajufe, que a previsão dos valores referentes ao PCS para o orçamento de 2013 seria enviada ainda na sexta ao Ministério do Planejamento.

O DG disse que os valores do PL 6613/09 enviados ao Planejamento mantêm o impacto médio de reajuste previsto no projeto.

Parcelamento

A proposta apresentada parcela o PCS em quatro vezes a partir de 2013: janeiro/2013 (25%), julho/2013 (25%), janeiro/2014 (25%) e julho/2014 (25%). Mas Amarildo ressaltou que não foi firmado ainda acordo entre o governo e o STF sobre o assunto.

Dirigentes do sindicato avaliam que o envio da previsão do PCS ao Planejamento é um avanço e reflete as mobilizações da categoria. Mas não é suficiente! É preciso que o presidente do STF exija que o orçamento do Judiciário seja incluído no Orçamento geral da União e aprovado pelo Congresso.

No ano passado, o presidente do STF inseriu o projeto salarial na previsão orçamentária, mas ele foi descartado pelo Planalto. "Não basta garantir o PCS no orçamento do Judiciário, sem dar nenhuma garantia de sua manutenção até o fechamento. É preciso intensificar a mobilização para garantir a aprovação imediata tanto do PCS, quanto da verba para implementá-lo, superando-se uma conjectura onde não temos garantia nenhuma", afirma Adilson Rodrigues, diretor do Sintrajud.

Sintrajud leva reivindicações a presidentes do STJ e do PMDB

Dirigentes do Sintrajud estiveram com o presidente do STJ, ministro Ari Pargendler, para defender empenho dos tribunais na aprovação do PCS-4. O ministro confirmou que as negociações em torno do PL 6613/09 com o Executivo estariam acontecendo e com perspectivas que avalia serem melhores do que as do ano passado, mas não deu detalhes.

A conversa dos diretores do Sintrajud Melqui e Adilson com Ari Pargendler ocorreu na terça-feira (5), no STF. Eles defenderam ainda aumento no auxílio-saúde. O ministro disse que será inserido na proposta de previsão orçamentária de 2013 aumento no valor atual - de R$ 90,00, passaria para R$ 200,00. O assunto, disse, está previsto para a pauta da próxima reunião do CJF (Conselho da Justiça Federal), dia 25 de junho.

Servidores cobram Valdir Raupp

Os dirigentes sindicais também conversaram, no mesmo dia, com o presidente nacional do PMDB, senador Valdir Raupp (RO). Eles o cobraram sobre a promessa de uma reunião dos servidores com o vice-presidente da República, Michel Temer, para tratar do projeto salarial da categoria, o que até hoje não aconteceu.

O compromisso foi assumido pelo parlamentar, em março, com servidores que integravam a delegação do Sintrajud que estava em Brasília para participar de manifestação nacional do funcionalismo. Na terça-feira (5), ao ver os diretores do Sintrajud, o senador antecipou o assunto dizendo que ainda não havia cumprido o que prometera naquela reunião em março e que tentaria fazê-lo o quanto antes.

Marcha leva 15 mil a Brasíli

ao não negociar Dilma torna

Servidores federais de todos os setores e estudantes marcham em Brasília para c verdade com a categoria





A palavra GREVE reinou na maior e mais vibrante manifestação conjunta de trabalhadores públicos federais deste ano. Estampada nos adesivos, faixas e cartazes ela foi repetida nas palavras de ordem e nos discursos durante a Marcha que tomou a Esplanada dos Ministérios na terça-feira (5). Os servidores do Judiciário estiveram lá, somando-se as 15 mil pessoas presentes no ato.

Costurada no fórum composto por 30 entidades nacionais do setor, a Marcha foi uma resposta aos três meses e oito rodadas de negociações infrutíferas com o governo Dilma.

Os servidores querem reajuste emergencial linear, data-base em maio, aumento de benefícios, paridade entre ativos e aposentados, incorporação de gratificações e política salarial permanente. Não houve avanço em nenhum desses pontos.

Negociações sem resultados

Os trabalhadores mostraram ao governo que os resultados nulos das negociações tornaram a greve nacional do funcionalismo inevitável. Contrapropostas concretas foram cobradas do secretário-executivo adjunto do Ministério do Planejamento, Valter Correa, que recebeu uma comissão com 13 representantes da categoria, ainda durante o protesto.

"Esse governo continua dando dinheiro a banqueiros, desonerando as folhas dos patrões. E para os trabalhadores, não têm nada. Vamos dizer para Dilma e o Planejamento que vamos partir para uma grande greve", disse do carro de som Saulo Arcangeli, que é dirigente Fenajufe, mas falou enquanto representante da CSP-Conlutas. Representantes da Intersindical também participaram da Marcha.

E mesmo aqueles dirigentes sindicais que in-



tegram organizações próximas ao gove e CTB) acentuaram o tom crítico ao Pla

Itinerário

A Marcha saiu, por volta das 10h15, da De um trio elétrico, dirigentes das enti cionais se revezavam em discursos qu em comum a defesa da unidade para e governo e derrubar o congelamento sa

Os manifestantes caminharam pela pi planada que leva ao Congresso, ao STF cio do Planalto.

Após contornar as sedes dos Três Pod uma pequena pausa em frente ao Planal cha se dirigiu para a sede principal do do Planejamento, onde o ato foi encerrad





a e “anuncia” que a greve inevitável

defender fim do congelamento e negociações de

Fotos Valcir Araújo





Joana Darc Melo



erno (CUT
analto.

a Catedral.
idades na-
ue tinham
nfrentar o
larial.
ista da Es-
e ao Palá-

leres, com
lto, a Mar-
Ministério
do.

Greve já começou

Havia representantes de dezenas de segmentos do funcionalismo, mas sobressaiam os professores (em greve desde 17 de maio) e técnicos (que entram a partir do dia 11 de junho) das universidades federais.

Porém, os estudantes universitários foram os que mais fizeram barulho. Boa parcela deles está em greve e levaram com peso à Marcha a defesa de mais recursos para a educação. “A Copa, a Copa, a Copa eu abro mão, eu quero 10% do PIB da Educação”, cantaram.

A defesa da unidade de todo funcionalismo foi feita durante toda Marcha. Para muitos dos que estiveram em Brasília, essa greve conjunta que está sendo construída pode se transformar numa das maiores da história da categoria.

Fotos Valcir Araújo





JUDICIÁRIO E MPU

Luta nacional pelo PCS terá paralisações e atos dias 13 e 14 para preparar início da greve

Reunião da federação e sindicatos estaduais redefine calendário nacional, que tem indicativo de greve unificada a partir do dia 21 de junho

Paralisações nacionais nos dias 13 e 14 de junho vão preparar o terreno para o início da greve unificada dos servidores do Judiciário Federal e do MPU, indicada para o dia 21 do mesmo mês. Estas datas foram aprovadas de forma consensual na reunião da direção da Fenajufe, na quarta-feira (6), reforçada com a participação de um representante por sindicato da categoria.

Realizada no dia seguinte à Marcha que levou mais de 15 mil servidores e estudantes a Brasília, a reunião teve a representação de 16 sindicatos. Houve consenso sobre a necessidade de construir a greve, embora isso não anule os relatos das dificuldades que precisam ser vencidas para alcançar tal objetivo. “Estamos construindo a greve em São Paulo e não queremos fazer [isso] isolados, queremos construir isso com o conjunto do país”, disse Adilson Rodrigues, do Sintrajud, reconhecendo que há obstáculos, como o desgaste devido às retaliações contra a última greve, mas demonstrando confiança na capacidade de superação da categoria.

Ele também defendeu que cada servidor seja alertado sobre a responsabilidade que tem. “Cada servidor precisa assumir sua parcela de responsabilidade. Se a resposta da categoria não for no patamar necessário neste momento, talvez o PCS não saia, a possibilidade de derrota está colocada [casa não haja mobilização]”, disse.

Dois anos do PCS na CFT

A readequação do calendário de atividades também prevê atos com bolos no dia 13 próximo, nos estados e na Câmara, em referência ao aniversário de dois anos do PCS (PL 6613/09) na Comissão de Finanças e Tributação. Definiu-se ainda pela participação com o conjunto dos servidores federais da manifestação convocada para acontecer no Rio de Janeiro no dia 20 de junho, durante a Rio+20. E foi ampliado o período de ‘apagão’ na Justiça Eleitoral, que passa a ser do dia 1º a 5 de julho. De todas as entidades presentes, apenas o Sindijufe-MT não teve acordo com a mudança da data indicativa da greve de 13 para 21 de junho.

As resoluções aprovadas reforçam a decisão da plenária de buscar a unificação com os demais servidores federais, que entram em greve neste mês. “Aquela marcha vitoriosa de 20 mil pessoas [na terça-feira 5] deu o tom de como tem que ser construída a unidade”, disse Pedro Aparecido, do sindicato de Mato Grosso (Sindijufe-MT).

O dirigente defendeu a participação na greve geral do funcionalismo, sem que isso signifique abrir mão da pauta específica. Para Ana Luiza Gomes, mais do que uma opção de lutar juntos, a unificação é caminho obrigatório para enfrentar a política salarial adotada governo Dilma Rousseff. “É uma necessidade para quebrarmos o congelamento”, alertou a coordenadora da Fenajufe.

Por Hélcio Duarte
enviado a Brasília

NO TSE

Sindicato cobra envio ao Congresso de PL que garante isonomia aos chefes de cartório

PL foi ao CNJ para referendo, que precisa ser apressado. Mobilização pelo PCS também vai reivindicar envio imediato do projeto para corrigir grave injustiça

O Sintrajud segue cobrando do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o projeto de lei que estabelece isonomia salarial entre chefes de cartório do interior e das capitais.

No final do mês de maio, os diretores do Sintrajud Adilson Rodrigues e Antonio Melquiades, que também é diretor da Fenajufe, foram recebidos pela presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia e cobraram a isonomia salarial dos chefes de cartório do interior com os da capital.

A ministra disse que o projeto de lei, elaborado pelo TSE, com essa finalidade, foi encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça para ser ratificado. Se aprovado, as FC-1 e FC-4, recebidas pelos chefes de cartório do interior e das capitais, respectivamente, passarão para FC-6. Trabalho igual, ressarcimento idem, este é o princípio a ser respeitado.

Assim como na luta pelo PCS, o Sintrajud cobrou da ministra Carmen, que articulasse com o presidente do CNJ, ministro Ayres Brito, o referendo ao projeto, para garantir o imediato envio ao Congresso. Agora, todos os chefes de cartórios, junto com a categoria, têm o desafio de fazer negociação e pressão para sua aprovação.

PASSO A PASSO



Organize sua caravana ao TRE dia 14/06

Organize a caravana do seu local de trabalho para participar da paralisação de 48h pela aprovação do PCS-4, dia 14 de junho, às 10 horas, em frente ao TRE-SP.

Precisamos acumular o maior número de servidores para demonstrar a força da nossa mobilização.

1 - Convoque os colegas para se reunir no local de trabalho procurando sempre o melhor horário para facilitar a participação de todos.

2 - Entre no site do sindicato para buscar as informações sobre o processo de negociação referente ao PCS-4 (www.sintrajud.org.br);

3 - Passe uma lista de presença para organizar a vinda de todos à paralisação de 48h, no dia 14 de junho, às 10h, em frente ao TRE-SP (Rua Francisca Miquelina, 123, Bela Vista);

4 - De posse da lista com os nomes e telefone, ligue no sindicato para a Secretaria pelo telefone (11) 3222-5833 e solicite a locação de uma van ou ônibus para o deslocamento entre as cidades para a capital;

5 - Tragam faixas com o nome da cidade;

6 - Materiais de organização como: faixas, cartazes, adesivos, devem ser solicitados na secretaria, com a maior antecedência possível;

Nossa luta faz acontecer!

VITÓRIA NO STF

Artífices do TRT-2 foram reenquadrados no quadro de Técnico

Mandado de Segurança, impetrado pelo Sintrajud, derrubou decisão do Tribunal de Contas da União, no Supremo Tribunal Federal.

Na última terça-feira (05), a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, aprovou por unanimidade, a manutenção do ato administrativo do TRT-2, que permitiu a ascensão funcional de servidores da categoria "Artesanato", parte dos cargos de artífices de artes gráficas, carpintaria e marcenaria, eletricidade, comunicações e mecânica.

TCU

Em 2006, o TCU havia determinado que o TRT-2 anulasse a decisão administrativa que alterou determinados cargos com posterior ascensão funcional. Considerou ilegal a decisão que passou os servidores ocupantes de cargos de nível auxiliar para o nível intermediário, o TCU determinou a volta à condição anterior.

Mandado de Segurança

Para reverter a determinação do TCU, o Sintrajud impetrou um MS (29305), por entender que a decisão do órgão viola o direito dos servidores reenquadrados.

Decisão

Relator do caso, o ministro Marco Aurélio ao decidir favoravelmente aos servidores aplicou "jurisprudência pacífica" do STF. Afirmando ainda que a análise do TCU ao ato do TRT-2 ocorreu fora do prazo para anulá-lo, tornando a decisão, segundo o relator, insubsistente.

Para o Sintrajud, reverter à decisão do TCU foi uma grande vitória assegurada aos servidores que haviam conseguido a ascensão funcional através da decisão administrativa do TRT-2. Diversos recursos foram apresentados perante o próprio TCU, de modo que, até a decisão, os servidores não sofreram nenhum prejuízo. O MS também teve o acompanhamento dos advogados Rudi Cassel e Jean Ruzzarin.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINTRAJUD/SP.

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por seus coordenadores, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade, faz saber que fará realizar a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no dia 14 de junho do ano corrente, a partir das 13h, em 1ª convocação com a presença de pelo menos metade mais um dos associados quites com a tesouraria e, em 2ª convocação, trinta minutos após, com qualquer número.
A assembleia será realizada na frente do Tribunal Regional Eleitoral, Rua Francisca Miquelina, 123, Bela Vista.

PAUTA:
1. Campanha Salarial 2012;
• Informes;
• Avaliação das Atividades dos dias 13 e 14/06/2012;
• Avaliação do indicativo de greve por tempo indeterminado;
• Calendário de Mobilização;
2. Outros assuntos de interesse da categoria.

São Paulo, 06 de junho de 2012.

Adilson Rodrigues Santos
Inês Leal de Castro
Coordenadores Gerais

OBSERVATÓRIO

A saída para crise é favorecer ainda mais os bancos e empresários?

O governo anunciou recentemente um pacote de medidas para tentar estancar a crise que se anuncia, por exemplo, com a queda do PIB, desindustrialização e o aumento do desemprego.
De um lado baixou a taxa Selic.

Não há dúvidas sobre a necessidade de baixar os juros, porém isso já deveria estar sendo feito a muito tempo, além do que mantém os juros altíssimos, a segunda taxa mais alta do mundo.

Além disso, como não há uma efetiva fiscalização sobre os bancos, não existem garantias que os mesmos reduzirão suas taxas.

Ao mesmo tempo mexeu na poupança, que serve de defesa dos trabalhadores para suas economias,

Como os trabalhadores já estão muito endividados, e, como nos bancos podem compensar "os juros mais baixos", com a cobrança de taxas e "reciprocidade", essa redução mínima pode continuar elevando o endividamento, mantendo a retirada de parte expressiva de sua renda para o pagamento de juros aos banqueiros.

As perdas que poderão ocorrer na poupança, novamente servirão para aumentar os lucros dos bancos e perdas dos trabalhadores.

Também a diminuição da taxas de juros deveria levar a uma redução do superávit primário, que retira dinheiro do orçamento público para o pagamento da dívida aos bancos, mas ao contrário o governo mantém a meta, como se não tivesse havido a mudança nos juros.

Por outro lado, foi anunciado um pacote de benefícios aos empresários, como a redução da alíquota da previdência patronal, isenções fiscais, as reduções de IPI PIS/CONFINS, e empréstimos a juros subsidiados, num total de R$ 60 bilhões, a serem arcados pelo Tesouro Nacional.

Muitos setores industriais já vinham contando com essas benesses desde o ano passado.

Mas, como não é exigido dos patrões, por exemplo, a garantia no emprego, eles continuaram demitindo trabalhadores, como em inúmeras fábricas da indústria automotiva, dentre outros setores.

Além do mais, o povo brasileiro como um todo perde, pois são dezenas de bilhões de reais que são tirados dos serviços públicos de saúde, educação, segurança e justiça. Como exemplo os servidores do Judiciário há mais de 6 anos com os salários congelados.

A desindustrialização da nação, que vem desde o governo Collor, com a chamada abertura comercial, levou com que a participação da indústria no PIB do Brasil, fosse o menor desde a segunda guerra mundial.

Mas também nesse caso nenhuma ação mais concreta foi tomada como uma maior taxação de produtos importados com similares no país.

Qual verdadeira saída para essa situação?

Não há milagres. É preciso outra política. O que tem de ser feito é proteger o país. Assim a melhoria dos salários dos trabalhadores e dos servidores, a estabilidade no emprego, a Reforma Agrária, a taxação dos importados com similares no Brasil, a centralização do câmbio, o rompimento da política de superávit primário, são algumas das medidas necessárias que fortalecerão o mercado interno, e que de fato, irão colocar o país em condições de enfrentar a crise mundial.

Washington Luiz Moura Lima
Coordenador do Departamento Econômico do Sintrajud/SP

SINTRAJUD *Jornal do Judiciário* CSP Conlutas FENAJUFE

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira, José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica Silva, Maurício Rezzani, Tarcisio Ferreira

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br
Subsede Baixada Santista: Rua Proost de Souza, 35 - Santos / SP - CEP 11040-090 - Tel.: (13) 3238-3807 - Email: sintrajudsantos@uol.com.br
Subsede Barra Funda: Rua Joaquim Manoel de Macedo, 297 - s/ 92 - São Paulo / SP - CEP 01136-010 - Tel.: (11) 3392-3728 / 9163-6903 - Email: subbarrafunda@sintrajud.org.br
Jornalistas: Carlos Eduardo Batista e Juliana Silva | **Colaborador**: Hélcio Duarte Filho | **Diagramação**: Roberto Gouveia | **Tiragem**: 13.000 exemplares